

Painel

Mudança de rumo

O governo de São Paulo pretende, segundo o secretário de Informação e Comunicação, Jorge Cunha Lima, fazer diversas "mudanças de rumo" na utilização das verbas de publicidade do Estado. Pensa mesmo ser possível, sem perda de eficiência, reduzi-las em 30 a 40%.

Espera-se que nessa mudança de atitude esteja incluída a divulgação mensal detalhada do uso dessas verbas, obviamente nominando as quantias pagas e os veículos programados.

Dívidas e cobranças

O senador "bionico" Murilo Badaró subiu à tribuna, esta semana, para declarar sua satisfação com as providências adotadas pelo governador Franco Montoro para assegurar a manutenção da ordem na capital paulista. Mas aproveitou para dizer que agora o governador "fica a dever a identificação dos grupos responsáveis pela baderna".

Foi imediatamente apartado pelo mineiro opositorista Itamar Franco: "Concordo com essa cobrança, mas convenhamos que ela não é tarefa fácil. Veja-se, por exemplo, que até agora o governo federal não identificou os baderneiros do Riocentro, do atentado à OAB, das explosões de bancas de jornais e da bomba na Câmara de Vereadores do Rio, entre outros."

Namoro incômodo

O PDS mineiro não gostou nem um pouco da repercussão em torno da audiência que o presidente Figueiredo concedeu esta semana ao governador Tancredo Neves, eleito pelo PMDB. O "namoro" de Tancredo com o Planalto incômoda os pedessistas de Minas, ainda mal refeitos da derrota eleitoral nas urnas de novembro passado. Eles acham que Figueiredo não devia ter dado uma "colher de chá" tão grande ao governador.

Confundindo a área

Somaram-se dois problemas políticos para o governador Franco Montoro resolver: a escolha do prefeito da Capital e a eleição do novo presidente do PMDB paulista.

Montoro, inicialmente, queria tratar os dois casos em separado. No entanto, o desfecho de ambos coincidiu, beneficiando o vice-governador Orestes Quércia. Este jogou algumas candidaturas à presidência da agremiação, contra o candidato da preferência de Montoro, o senador Fernando Henrique Cardoso, e certamente tentará com isso ganhar alguns pontos na discussão sobre a Prefeitura.

Lobão e a direita

"Não mais existe a direita organizada no Brasil, que, aliás, só existiu nos tempos do extinto Partido de Representação Popular, de Plínio Salgado. Já as idéias de esquerda, estas sim, se infiltram hoje por todas as partes."

Esta afirmação foi feita em Brasília, esta semana, pelo vice-líder do governo na Câmara Federal, deputado Edilson Lobão.

Anúncio preocupa

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) está muito preocupado com a possível reação ao anúncio de que o governo Montoro pretende criar um programa contra o desemprego em São Paulo.

Ele teme que essa notícia possa atrair novos e grandes contingentes de desempregados de outros Estados, agravando ainda mais a situação dos 700 mil paulistas sem emprego.

Por isso recomenda aos demais governadores que acionem programas idênticos ao de Montoro.

Sem convênio

Alguns membros do governo Montoro têm-se manifestado a favor de gestões com o governo federal visando ao restabelecimento do convênio com o Ministério da Justiça, ao estilo do que havia no tempo do Deops.

Para o chefe do Gabinete Civil do governador, Eugênio Montoro, no entanto, a proposta não deve ser levada adiante. "Podemos ter um relacionamento cordial com a Polícia Federal sem firmar qualquer convênio", disse.

Tuma com Montoro

O superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Romeu Tuma, conversou, na semana passada, com Eugênio Montoro e Marco Antonio Castelo Branco, durante sua estada no Palácio dos Bandeirantes, sobre os tumultos que abalaram a cidade.

Ele foi ao Palácio tratar de assuntos administrativos, relativos à extinção do Deops, mas prometeu voltar esta semana para um encontro com o próprio governador quando será abordada a questão da segurança nacional em São Paulo.

Petróleo e comunistas

"O maior inimigo do Brasil é o petróleo, não só porque é preto, mas porque é caro", afirmou candidamente Lamartine Navarro, um dos diretores da Sociedade dos Produtores do Alcool (Sopral) durante o seminário sobre as perspectivas do setor, promovido pela Confederação Nacional das Indústrias.

Navarro disse ainda que os distúrbios em São Paulo foram promovidos por grupos de esquerda que se aproveitaram do povo desempregado.

"Não se pode subestimar a capacidade de organização dos comunistas", afirmou o diretor da Sopral, reclamando que uma vez deu uma entrevista criticando o governo cubano e ela "jamais foi publicada".

Outro candidato

Um deputado do PDS do Ceará procurou esta semana a ministra da Educação, Ester de Figueiredo Ferraz, para propor o nome de um correligionário ao cargo de reitor da Universidade Federal do Ceará.

Ester, muito sem jeito, nem deu tempo para maiores argumentações.

Deputado, o ministro Leitão de Abreu acaba de me informar que o Presidente já nomeou o novo reitor, José Anchieta Esmeraldo Barreto, irmão do ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Barreto.

Ao que dizem as más línguas, o candidato da ministra era outro.

Nome cogitado

Repórteres políticos de Brasília contavam ao presidente da Câmara Federal, Flávio Marçílio, que seu nome passou a ser mencionado em conversas opositoristas sobre a sucessão presidencial, quando Marçílio interpeleou:

"Por que em vez de me contarem, vocês não publicam isso?"

De conversa em conversa

O vice-governador Orestes Quércia reúne-se neste domingo, em Rio Claro, com 40 prefeitos da região. É a sétima vez que Quércia, que pretende criar em seu gabinete uma assessoria para as prefeituras do Interior, encontra-se com prefeitos do Estado.

Despesas bélicas

O Congresso Nacional aprovou esta semana o projeto de lei do governo que autoriza a transferência para São Paulo da sede da Imbel-Indústria de Material Bélico do Exército.

Um ato exclusivamente formal, pois há cinco meses a empresa, anteriormente sediada em Brasília, está funcionando na capital paulista.

Ainda não se decidiu o que fazer com a antiga sede na Capital Federal, construída há dois anos, a um custo de quase 170 milhões de cruzeiros. Em São Paulo, na valorizada avenida das Nações Unidas, ela está pagando aluguel de 2,3 milhões de cruzeiros mensais por um andar de edifício.

Contraponto

Sebastião Nery

O troco

O deputado do PDS de Minas encontrou, sexta-feira, no restaurante da Câmara, o assessor do Palácio do Planalto:

— Magalhães é terrível, hein? Deu o troco ao Aureliano.

— Que troco?

— Você não lembra? Quando Magalhães era candidato à presidência da República para substituir Geisel, ele contava, certa, certa, com a solidariedade de Aureliano, governador de Minas e ex-secretário de seu governo, na verdade um de seus afilhados políticos. Mas Geisel telefonou para Aureliano, convidou-o para vice-presidente de Figueiredo, Aureliano aceitou, Magalhães nunca perdoou. Agora, salu para a desforra.

— Como?

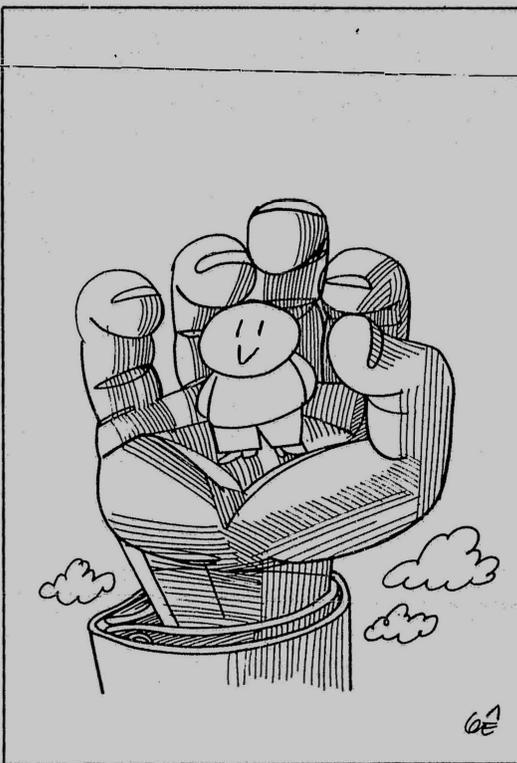
— Veja aqui no jornal. Magalhães foi ao Palácio do Planalto comunicar oficialmente que é candidato à presidência da República. E disse a Leitão de Abreu: "Disputarei até o fim. Quero dizer-lhe, entretanto, ministro, que se o senhor for o candidato do presidente Figueiredo, reexaminarei minha posição". E mais ainda: pediu ao ministro Leitão de Abreu que desse um recado ao presidente Figueiredo:

— "Conforme seja o candidato civil, vou ajudar um candidato militar". O jornal ainda chama a atenção: "Magalhães não quis revelar qual seria o candidato civil com o qual não concordaria".

O assessor sorriu: — Briga de mineiro é como briga de marido e mulher: não se mete a colher.

Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.



Opção pelos pequenos

ESPERIDIÃO AMIN
HELOU FILHO

Quando pensei em montar uma proposta global de trabalho, definida que estava minha candidatura ao governo de Santa Catarina, pedi sugestões aos variados segmentos da sociedade catarinense. Milhares de cartas foram expedidas. Montou-se um grupo de trabalho especialmente para coligir e examinar as respostas, que superaram as melhores expectativas, em quantidade e qualidade. Ao mesmo tempo, vi-sei numerosas vezes os municípios catarinenses. Ouvi estudantes, trabalhadores, donas-de-casa, professores, funcionários públicos, intelectuais, profissionais liberais, empresários, líderes comunitários. Participei de centenas de reuniões e debates, em contactos frequentemente suprapartidários ou partidários. Resultou deste esforço a elaboração da Carta dos Catarinenses, documento básico que orientará meu trabalho no governo do Estado, trabalho que se propõe inovador e renovador, marcado por um compromisso fundamental: a opção pelos pequenos.

Os pequenos, para nós, não são apenas os credores da chamada dívida social, os marginalizados do processo de desenvolvimento econômico, os que amargam os sofrimentos de uma vida difícil e anônima, sem glória e sem esperança. São mais do que estes, que já são tantos. São também os pequenos empresários, os pequenos produtores rurais, as pequenas associações de pessoas que, tantas vezes à custa de imensos sacrifícios pessoais e comovedora abnegação, dedicam-se ao serviço de grandes causas (complementando o trabalho do poder público em áreas de relevante interesse social, ou até suprimindo a sua falta), os pequenos problemas que afligem as comunidades e que passam comumente despercebidos da ação dos governos, as pequenas reivindicações de variada natureza que representam tanto para consideráveis grupos humanos, mas às quais permanecem indiferentes e insensíveis os quase ambiciosos planos de atuação governamental.

O que se pretende, naturalmente, não é atendê-los a todos em tudo aquilo de que precisem. Seria o ideal, mas também o inviável, o inatingível, a configurar um propósito generoso mas seguramente frustrado. Nem o que se quer é desconsiderar as necessidades e os problemas dos que não são pequenos. Trata-se, isto sim, de estimular novas modalidades de prática administrativa a partir de uma filosofia de trabalho que privilegia o ser e não o ter, não apenas na linha do melhor solidarismo social e cristão, mas de modo a que se procure detectar, incentivar e utilizar as potencialidades de determinados grupos e segmentos sociais que não têm sido convenientemente atendidos nem sequer mobilizados, em nível de governo, para participar de esforço comum visando à solução de seus próprios problemas.

Nesta linha de raciocínio e de ação tive algumas experiências significativas como prefeito de Florianópolis. Os mutirões de rua, por exemplo, envolvendo os próprios moradores que, nas horas disponíveis, ajudavam nas obras de pavimentação, permitiram o calçamento de 14 quilômetros de vias públicas situadas em diversos bairros da cidade, a custo menor para todos e com dispêndio mais racional de recursos materiais e humanos. Os resultados foram os melhores possíveis, de um lado porque as pequenas comunidades envolvidas nos mutirões ti-

veram resolvido aquele problema em menor tempo e, como se disse, a mais baixo custo, e de outro lado porque, sentindo-se co-responsáveis pela obra executada, puderam, muito mais do que o fariam em outras circunstâncias, valorizar o seu próprio trabalho e também a presença e a participação do poder público.

Outro exemplo que poderia ser lembrado, reportando-me ao trabalho na Prefeitura de Florianópolis, é o do Projeto Sapé (nome de uma localidade da periferia da cidade), voltado para a habitação popular. Ali, em lotes vendidos pelo município, famílias cujos níveis de renda não lhes permitiam sequer ter acesso às casas da Cohab, puderam construir suas moradias, entrando elas mesmas com a mão-de-obra (ajudadas quase sempre por parentes e vizinhos, num salutar exercício de solidariedade familiar e comunitária) e utilizando material proveniente de demolições, mas em plenas condições de uso, tudo sob a orientação de profissionais da construção civil. Este projeto (como o dos mutirões) continua em desenvolvimento, e graças a ele muita gente tão pobre que estaria excluída das soluções habitacionais patrocinadas pelo BNH, tem hoje a sua casa própria, em área salubre, servida por rede elétrica, água e energia elétrica.

Falemos ainda de outros problemas. Tomemos para exemplo a empresa pequena (não digamos pequena empresa para não limitar o conceito segundo o montante do capital e outros indicadores do gênero), a empresa familiar, a empresa quase doméstica, a dos galpões de quintal. Disseminada por todo o País, presente e atuante nos grandes como nos médios e pequenos centros, no meio urbano e no meio rural, esta empresa produz e pode produzir, com a mão-de-obra que absorve e a que mais poderia absorver, com os tributos que paga e o mais que poderia pagar, enfim, com o que é e com o melhor que poderia ser se fosse convenientemente ajudada, através da concessão de créditos e outros mecanismos de assistência.

É evidente que ações como as que foram aqui exemplificadas longe estão de poder constituir ou sequer justificar, por si mesmas, um programa de governo. Mas servem para definir linhas de comportamento, na busca de soluções imediatas e nada complexas para alguns dos problemas que afligem os pequenos.

Como o Fundo Catarinense de Apoio ao Desempregado, para cuja implantação estão sendo feitos estudos urgentes que ainda há poucos dias determinei. Com recursos do governo mas também da comunidade, e sob a direta orientação dela (nos municípios, encarregar-se-ão de gerir o Fundo comissões constituídas por representantes comunitários), este programa atenderá aos desempregados fundamentalmente com fornecimento de alimentos. Ao mesmo tempo, outras ações serão desenvolvidas pelo governo, como o estímulo e a ajuda às empresas que auxiliarem o referido Fundo, contiverem as dispensas de empregados ou procederem à sua readmissão.

Finalmente, e com pouco dinheiro também se possa governar, não se pode fazê-lo, seguramente, e em qualquer circunstância, sem imaginação e sensibilidade. Principalmente em tempos de crise.

Esperidião Amin Helou Filho é o governador do Estado de Santa Catarina. Professor licenciado de Administração Municipal da Universidade Federal de Santa Catarina, foi prefeito de Florianópolis e deputado federal.

A pedagogia do real e seus limites

ANTÔNIO BARROS
DE CASTRO

Uma economia não é uma página em branco na qual se possa imprimir qualquer texto. A realidade econômica é, pelo contrário, estruturada e organizada, conseguindo muitas vezes resistir aquilo que a agride. Tomemos dois casos recentes.

Em decorrência de compromissos assumidos perante o FMI, o Brasil deveria avançar em direção à unificação das taxas de câmbio. Ocorre, porém, que a estrutura econômica do País é profundamente heterogênea. Em consequência disto, uma taxa cambial que remunerar devidamente o café inviabiliza (torna "gravosas") as exportações manufatureiras. Inversamente, uma taxa de câmbio adequada às manufaturas premium seria absurdamente o café. Em tais condições, a unificação do câmbio revela-se um anacronismo, e a diferenciação (aberta ou velada) das taxas torna-se praticamente inescapável. No mais recente episódio, menos de dois meses após a assinatura da Carta de Intenção, o estabelecimento de novos impostos de exportação e de diferentes alíquotas de IOF viria até mesmo ampliar o espectro de taxas efetivas de câmbio.

Um outro exemplo consiste no compromisso (também perante o FMI) de eliminação dos acordos bilaterais de comércio. Acontece que a América Latina e a África, onde se encontram alguns dos nossos mais promissores parceiros comerciais, ingressaram numa fase de escassez aguda de dólares. Além disso, os maiores déficits comerciais do Brasil verificam-se nas transações com países exportadores de petróleo. Frente a tais circunstâncias, a não-admissão de formas heterodoxas de comércio implicaria a renúncia de oportunidades de comércio vultosas e estratégicas. Em ambos os casos, porém (e ao que tudo indica), o País real soube rapidamente impor-se, a despeito de compromissos recentemente firmados.

Mas a pedagogia do real não é sempre tão eficaz. A política de contenção que vem sendo imposta ao País desde fins de 1980 — e com crescente intensidade, a partir de meados de 1982 — agride manifestamente sua economia. Esta, porém, não se defende: define, depauperase.

Há, sem dúvida, diversas razões para a importância do País real, a que todos assistimos. Algumadas delas serão aqui mencionadas.

A política econômica que aí está atua mediante instrumentos tais como a redução do déficit público, a restrição do crédito e a variação da taxa de câmbio. Estas políticas se caracterizam pelo efeito difuso e impreciso. Atingem mais aqui, menos ali, todos em princípio, ninguém em particular. Uma ilustração pode ser encontrada na questão do emprego. Premidas pelas circunstâncias com que se deparam, as empresas segregam desemprego. Os desempregados, surgidos gota a gota de início, em enxurrada mais adiante, só serão percebidos quando o mar se forma e, sobretudo, se vier a tormenta. Quanto às empresas, permanecem desfalçadas, tratando de sobreviver. Em nenhum momento, contudo, empresas e trabalhadores — ociosos lado a lado — são direta e explicitamente prejudicados pela política governamental.

Mas há uma outra e importante razão para que a política econômica vigente seja assistida em relativa passividade, pela comunidade dos negócios e o público em geral. É que os seus alvos prediletos, o gasto público e as chamadas estatais, pertencem à esfera do Estado. Em outras palavras, o Estado corta e (e, sobretudo, promete cortar) primordialmente, a sua própria carne. E este espetáculo de auto-imolação, por razões políticas ou meramente doutrinárias, não move. Afinal, neste País, ninguém reconhece como "público" — vale dizer, de todos — o Estado e suas ramificações. Consequência disto, é mais fácil cortar a fundo recursos destinados aos serviços públicos — de que todos dependemos — do que contrariar o interesse de um único usuário.

Finalmente, a política que aí está não pode ser eficazmente resistida, dada a comprovada surdez do regime, no que toca à condução da política econômica. Em tais condições, tende-se a prosseguir de queda em queda, consumindo crescentemente anestésicos e panos quentes. Vez por outra, uma convulsão tratará de lembrar que o País real continua vivo. Espera-se.

Antônio Barros de Castro é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (Ierj) e autor de diversos livros, entre os quais "O capitalismo não é mais aquilo".

A Palavra do Leitor

A propósito de carros a álcool

"Dizer que o Brasil não é um país sério foi muita bondade de um general francês. O Brasil, analisado friamente, é um país completamente maluco. Encheram, lá de Brasília, nossa cabeça para que economizemos combustível das arábias; ficamos em apuros por causa dos aumentos constantes da gasolina importada. Apelaram aos nossos sentimentos patrióticos, éticos e fraternais. E hoje acho que todo mundo deveria, de fato, comprar carro a álcool e que todo transporte coletivo deveria funcionar a eletricidade, pois assim acabaria grande parte da poluição ambiental, e poderíamos livrar-nos da dependência externa. Meu marido e eu, seguindo conselho de quem já teve carro a álcool, também compramos um e achamos uma maravilha. Agora vem o governo falar em possibilidade de reduzir a produção dos carros a álcool. O que está havendo? De onde o ministro está sendo pressionado ou compensado para jogar a dúvida? Tenho o direito de saber. Se o general De Gaulle fosse vivo, agora teria direito de dizer: "Les brésiliens, c'est une bande de fous."

Sra. Trudi Landau (Capital, SP).

"Caminhos que o Brasil deve trilhar"

"Há anos envolvido na atividade de exportação, quero parabenizar esse jornal por possibilitar-nos, pelo menos às sextas-feiras, um contato com um grande "expert" brasileiro em comércio internacional. "Parar evitar a pneumonia" e, antes, o "Quo Vadis Brasil?" são preciosas sínteses da prática, da operação e da agilidade que nossa atividade exige neste momento difícil, com caminhos indicados pelo dr. Laerte Setúbal que o Brasil precisa e deve trilhar com urgência. Por que não a ação da autoridade do presidente João Figueiredo, por ele sugerida, quando estamos perdurados no resultado da balança de comércio?"

Sr. Néelson Clark (Capital, SP).

Funcionários deslocados

"Noticiou-se que o governador eleito de Santa Catarina, sr. Esperidião Amin (PDS), determinou que todos os funcionários públicos daquele Estado convocados para prestar serviços em outros órgãos da administração voltassem para suas sedes de exercício de origem. Perguntamos agora ao governador eleito por São Paulo se independentemente do decreto que manda todos os secretários de Estado, no prazo de 60 dias, fazerem levantamentos de irregularidades em suas Pastas, não seria lógico, do interesse do Estado e dos próprios funcionários públicos, a expedição de decreto semelhante ao do governador de Santa Catarina. E do conhecimento público que muitos funcionários estão fora de suas sedes de exercício, principalmente professores da Rede Escolar convocados até 31/12/83 para prestar serviços em outros órgãos, prejudicando enormemente as finanças do Estado. O PMDB, que sempre pregou a moralização administrativa, será que precisa dos 60 dias para tomar medida de tamanha importância?"

Sr. Osvaldo Segantini (São José do Rio Preto, SP).

Eleições no setor da Educação

"Está de parabéns o sr. secretário da Educação, Paulo de Tarso, avisando, desde já, que no início do próximo ano os professores terão eleições para escolher o diretor regional e o respectivo delegado de ensino. Lemos na "Folha" que em determinadas regiões os diretores foram mal recebidos pela classe e um dos diretores teve que ser substituído apressadamente. Seria bom que tais eleições fossem antecipadas para o meio do ano corrente. Os regionais que tiverem demonstrado capacidade poderiam ser confirmados e onde não houve tanta eficiência seriam eleitos outros representantes."

Sr. Hermínio Zonta (Araçatuba, SP).

Uma opção para o problema do leite

"Li há algum tempo algo sobre o leite desoja e tive oportunidade de experimentar o produto. Parece-me que havia "leite" com sabor chocolate e baunilha, produzido por "vaca mecânica" no Instituto Tecnológico de Campinas (a vaca morreu?). Atualmente fala-se muito em contaminação do leite, baixo teor energético do alimento e falta de proteção ao consumidor... Parece-me que uma solução amizável seria "mecanizar vacas" e suprir o povo carente de proteínas com um produto saudável e a preço mais acessível. Possa assegurar que o gosto e a aparência do leite são surpreendentemente aceitáveis. Esse leite, em creches, escolas (merenda escolar) e para o consumo geral do povo seria uma excelente opção."

Sr. Edgar P. Vallada (Itapetininga, SP).

A nomeação do prefeito

"O governador Montoro, eleito com 44,8% dos votos, tem o embasamento popular para, propor ao exame do Legislativo o nome de sua preferência para administrar a maior cidade do País. Também não deveria receber críticas por parte do PDS, caso tomasse tal atitude, pois a mesma seria ou será adotada em vista da rejeição por esse partido, no Congresso Nacional, das emendas em exame sobre o assunto. O que não pode continuar, de forma nenhuma, é a interinidade do cargo de prefeito municipal de São Paulo."

Sr. A. G. (Jardinópolis, SP).

Liberação demorada

"Intriga-me o seguinte fato: eu e minha mulher costumamos receber do Exterior, através do Collis Postaux, pequenos envelopes contendo sementes de flores, para uso próprio, sem valor comercial. Todas as remessas são acompanhadas de um certificado fitossanitário exigido pelo nosso Ministério da Agricultura. Acontece, porém, que na chegada a São Paulo a remessa fica retida pelo inspetor do MA, que só a libera depois de cumpridas certas exigências burocráticas, como: comparecimento ao MA para esclarecimentos e um pedido de vistoria em 6 dias. Tudo isso resulta numa demora de 8 dias para a retirada, o que acho demasiado porque o certificado fitossanitário é as indicações constantes dos envelopes são, plenas condições para liberação imediata."

Sr. Sebastião Pedrosa e Silva (Capital, SP).

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921
Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Editor Responsável
Boris Casoy

Conselho Editorial:
Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Odan Pereira,
Rogério César de Carvalho Leite, Joalmir Beting,
José Silveira, Osvaldo Perolva e Otávio Frias Filho
(secretária).

SÃO PAULO
Redação, Administração, Publicidade e Círculo —
Alameda Barão de Limeira, 425 — Campos Elíseos —
São Paulo — Telefone Central (011) 220-0011 —
Caixa Postal, 8079 — Endereços telefônicos — FO-
LHA5 — Folha Informações — Fone (011) 220-1622 e
Telex n.ºs 01122930, 01124030, 01121793, 01122822 —
Código Postal: 01202.

Sucursal de Brasília — (DF)
C.L.S. 104 Bloco C — Lajes 33 e 34
Telefone Central (061) 223-3003

Sucursal do Rio de Janeiro — (RJ)
Av. Presidente Vargas, 502 — 8.º andar
Telefone (021) 233-7082

Sucursal de Belo Horizonte — (MG)
Av. Augusto de Lima, 407 — Lj. 19 e 20
Telefones (031) 226-3844 — 226-3033

Sucursal de Porto Alegre — (RS)
Rua Jerônimo Coelho, 102 — 3.º andar
Telefone (051) 25-9924

Sucursal de Curitiba — (PR)
Rua Baltazar Carrasco dos Reis, 1.122, lj. 11
Telefone (041) 222-3245

Sucursal de Florianópolis — (SC)
Rua Anita Garibaldi, 8 — sala 5
Telefone (048) 22-5233

Sucursal de Recife — (PE)
Rua Cláudio Campelo, 44 — sala 304
Telefone (081) 224-4096

Sucursal de Campinas — (SP)
Rua Dr. Quirino, 1.234
Telefones (019) 21-5181 e 8-9308

Sucursal de Santo André — (SP)
Rua Siqueira Campos, 340/344
Telefones 449-6201 e 449-6090

Sucursal de Santos — (SP)
Rua do Comércio, 32
Telefone (013) 32-7141

Sucursal de Londrina — (PR)
Rua Santa Catarina, 152
Telefones (043) 23-6174 e 23-9563

Correspondentes no Exterior
Paris: Cláudio Abramo
Nova York: Paulo Francis
Buenos Aires: Cláudio Rossi